

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Ruralidades metropolitanas: outras formas de habitar o mundo

Uriah Ferreira de Almeida ¹

Resumo

O artigo analisa o Assentamento Fazenda Engenho Novo, localizado no bairro Monjolos, município de São Gonçalo (RJ), a partir do conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar e da perspectiva do rural metropolitano. O assentamento ocupa o território de uma antiga fazenda colonial que, após um longo processo de degradação ambiental e conflitos agrários, foi desapropriada pelo ITERJ na década de 1990. Atualmente, constitui o único assentamento rural do município. A análise busca compreender como os agricultores familiares articulam suas práticas produtivas e modos de vida em meio às pressões da metropolização, destacando processos de resistência, adaptação e reinvenção da ruralidade. O trabalho propõe uma leitura antropológica da agricultura familiar como prática cosmopolítica, que produz outras formas de habitar o mundo e repensar as fronteiras entre o urbano e o rural.

Palavras-chave: agricultura familiar; rural metropolitano; multifuncionalidade; pluriatividade; cosmopolítica.

¹ Mestre em Sociologia/PPGS/UFF e Doutorando em Ciências Sociais/CPDA/UFRJ
Pesquisador do Grupo Fronteiras/UFF/CNPQ

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

1. Introdução

O Assentamento Fazenda Engenho Novo localiza-se no bairro Monjolos, uma das poucas áreas rurais do município de São Gonçalo (RJ). O território ocupa a área de uma antiga fazenda colonial que pertenceu ao Barão de São Gonçalo, importante centro de produção agrícola nos séculos XVIII e XIX. Com o declínio dos monocultivos, as terras passaram a ser exploradas ilegalmente para extração de areia, o que provocou intensos conflitos com antigos trabalhadores: descendentes de pessoas escravizadas e meeiros, que mantinham laços históricos com o local. Após anos de disputa, a área foi desapropriada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) na década de 1990, dando origem ao único assentamento rural do município. Hoje, o Engenho Novo abriga agricultores familiares de diferentes origens, compondo um território híbrido e dinâmico.

São Gonçalo integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e é o segundo município mais populoso do estado, com aproximadamente um milhão de habitantes. O crescimento populacional e o processo de metropolização intensificado nos anos 1970, quando o governo federal instituiu formalmente as Regiões Metropolitanas, transformaram profundamente as dinâmicas territoriais locais, invisibilizando as zonas rurais nos planos diretores e nas políticas públicas. Nesse contexto de hegemonia metropolitana sobre as demais territorialidades, o Engenho Novo se destaca como um espaço de resistência e reinvenção da ruralidade.

Este artigo deriva da última seção de minha dissertação de mestrado em Sociologia, dedicada à multifuncionalidade da agricultura familiar em contextos metropolitanos. O conceito, amplamente debatido na sociologia rural, entende a agricultura para além de sua dimensão produtiva, incorporando funções sociais, ecológicas e culturais. A partir de uma abordagem antropológica inspirada em Tim Ingold (2015) para quem “a antropologia é uma exploração contínua das condições e potenciais da vida humana”, proponho refletir sobre a experiência dos assentados do Engenho Novo como expressão de uma ruralidade viva, marcada pela inventividade e pela pluralidade de modos de habitar.

Essa perspectiva permite tensionar o que Sahlins (2008) denomina “pessimismo sentimental”, presente em algumas teorias sociais que previam o desaparecimento do campesinato diante da expansão capitalista. Ao contrário, busco enfatizar como os assentados constroem estratégias de resistência e adaptação sem serem reduzidos à condição de vítimas da metropolização. Nesse sentido, conceitos como pluriatividade e multifuncionalidade tornam-se fundamentais para compreender as formas de produção e reprodução da vida no assentamento.

A pluriatividade, entendida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas que

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

garantem a permanência das famílias no território, aproxima-se do conceito de “fazer a vida” (Petit, 2020), que expressa a capacidade dos sujeitos de reconstruírem continuamente suas existências. Esse processo ultrapassa o âmbito econômico e envolve múltiplas relações sociais, ampliando-se para a escala do território e revelando modos de negociação que atravessam diferentes esferas da vida cotidiana.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a coexistência entre espaços urbanos e rurais gera dinâmicas complexas e ambíguas, aquilo que Monte-Mor (1994) descreve como “outras lógicas de povoamento”. No caso de São Gonçalo, embora a urbanização tenha reduzido a presença das atividades agrícolas, o Assentamento Fazenda Engenho Novo mantém práticas e valores associados à ruralidade, demonstrando a atualidade do conceito de rural metropolitano (Alencar, 2010). Essa noção reconhece a interpenetração entre os espaços urbanos e rurais, nos quais práticas agrícolas persistem e se transformam em meio à pressão da metrópole.

O Assentamento Fazenda Engenho Novo, assim, pode ser compreendido como um território híbrido, onde a ruralidade se reinventa. Essa condição dialoga com o conceito de “cruzo” proposto por Luiz Rufino (2019), que descreve espaços marcados por misturas, tensionamentos e articulações entre diferentes temporalidades e racionalidades. O assentamento é, portanto, uma encruzilhada: um espaço de “ginga” onde se constroem negociações e disputas internas e externas. Nessa encruzilhada, a “malandragem” dos agricultores familiares emerge como uma forma de agência, expressa tanto na disputa dos lotes quanto na construção de uma identidade coletiva de produtores rurais, o que possibilitou o diálogo com o Estado e a reivindicação de políticas de apoio à produção.

Ao situar o Engenho Novo no contexto do rural metropolitano, busco compreender esse assentamento como um espaço onde coexistem formas de habitar o mundo. Além de funções sociais e econômicas, a agricultura familiar desempenha funções ecológicas essenciais. Considerando a degradação histórica do território por monocultivos e extração de areia, as práticas ecológicas realizadas pelos assentados revelam uma dimensão sociopolítica da agricultura, uma prática que integra os elementos não humanos como parte ativa do território e da vida social.

As reflexões de Monte-Mor (1994) sobre as “utopias urbano-camponesas” ajudam a pensar esses territórios como laboratórios de outras lógicas de povoamento e de enfrentamento da crise socioambiental contemporânea. Portanto, ao reconhecer as ruralidades em dinâmicas urbanizadas como lugares de invenção e coexistência, propõe-se aqui reflexão em direção a uma cosmopolítica do habitar, que ultrapassa o antropocentrismo.

Como sintetiza Costa et al. (2024), “as melhores possibilidades de construção de outros modos de vida e da reinvenção do espaço vivido estão na articulação entre as roças e as cidades”. O Assentamento Fazenda Engenho Novo, nesse sentido, constitui um convite a repensar as fronteiras entre urbano e rural, reconhecendo o potencial transformador das práticas cotidianas que emergem nesse espaço de encruzilhada.

Desenvolvimento:

1. Territórios em encruzilhada: o rural na metrópole

A noção de ruralidade metropolitana constitui uma categoria interpretativa desenvolvida por Maria Macedo Alencar (2008), com o propósito de compreender as formas de produção, de uso do território e de modos de vida que persistem e se transformam sob a influência das dinâmicas metropolitanas. Tal conceito emerge a partir da observação das interações entre o campo e a cidade em regiões fortemente urbanizadas, como a Região Metropolitana de Salvador, e busca evidenciar que o rural, ainda que submetido à hegemonia urbana, não desaparece, mas reconfigura-se em novas bases sociais, econômicas, culturais e ambientais.

A ruralidade metropolitana expressa, portanto, a coexistência de territórios híbridos, nos quais se interpenetram práticas e racionalidades rurais e urbanas. Nesses contextos, o rural deixa de ser compreendido como um espaço residual ou isolado da cidade e passa a ser concebido como parte constitutiva das dinâmicas metropolitanas. Essa perspectiva considera que o rural e o urbano não se opõem de forma dicotômica, mas se articulam por meio de relações de tensão, complementaridade e conflito, configurando uma territorialidade em permanente processo de negociação.

Conforme destaca (Alencar, 2010) a ruralidade metropolitana é marcada pela hegemonia da dinâmica urbana sobre os demais territórios, o que frequentemente resulta na invisibilização ou desqualificação do rural enquanto componente legítimo da identidade regional e da economia local. Ao mesmo tempo, esse rural é atravessado por forças estruturais externas, como as políticas estatais de desenvolvimento, os fluxos de capital global e as demandas ambientais impostas por agentes econômicos e institucionais. Tais forças moldam o território a partir de diretrizes exógenas e, muitas vezes, exóticas às populações locais, desconsiderando saberes, culturas e modos de vida historicamente enraizados.

Nessa territorialidade, emergem disputas pela apropriação da natureza que revelam diferentes racionalidades sobre o uso do espaço e dos recursos. Alencar (2010) sistematiza essas tensões em três dimensões principais: (a) a apropriação da natureza, envolvendo conflitos entre usos econômicos e não econômicos do território; (b) os riscos ambientais, decorrentes de práticas produtivas e ocupacionais que geram degradação e ameaças aos ecossistemas; e (c) as atividades culturais, nas quais a natureza é mobilizada como elemento simbólico e material das

expressões culturais e identitárias.

Essas tensões expressam o caráter multidimensional e relacional da ruralidade metropolitana, que envolve aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, configurando um espaço simultaneamente de resistência e de reinvenção. Conforme observa Concheiro (2006), ao discutir a “nova ruralidade” latino-americana, os processos de transformação rural estão “indefectiblemente ligados al fenómeno de la globalización” (CONCHEIRO, 2006). Nesse sentido, a ruralidade metropolitana pode ser compreendida como uma expressão localizada dos efeitos da globalização sobre os territórios rurais, resultando em dinâmicas territoriais marcadas tanto por formas de subordinação quanto por estratégias de ressignificação e agência local.

Assim, a ruralidade metropolitana designa uma condição territorial em que o rural se reinventa dentro da metrópole, ao mesmo tempo em que interage com as pressões geradas pelo ambiente urbano e globalizado. Trata-se de um rural em condição de encruzilhada, onde distintas lógicas de uso da terra e da natureza coexistem e se tensionam, evidenciando que o processo de metropolização, embora hegemônico, não homogeneiza os territórios, mas produz novas configurações sociais e espaciais que desafiam as fronteiras tradicionais entre o urbano e o rural.

O processo de metropolização de São Gonçalo, município integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), pode ser compreendido como um fenômeno marcado por transformações socioespaciais profundas, que reconfiguraram sua paisagem e dinâmicas territoriais. Inicialmente caracterizado por uma economia baseada em atividades agrícolas, com destaque para os engenhos de açúcar e a fruticultura, o município passou por uma acelerada industrialização a partir da década de 1930. Esse período foi acompanhado por um intenso processo de urbanização, impulsionado por incentivos fiscais e pela expansão da malha rodoviária, como a construção da Ponte Rio-Niterói, que consolidou sua integração funcional com o núcleo metropolitano. No entanto, São Gonçalo vivenciou um declínio industrial e um crescimento populacional, que acentuou sua condição de cidade-dormitório e periférica.

Esse processo de metropolização, longe de homogeneizar o território, gerou fragmentações socioespaciais e intensificou a segregação. A expansão urbana sobre áreas rurais resultou em uma paisagem híbrida, onde o rural e o urbano coexistem e se interpenetram de forma complexa. Nesse contexto, o conceito de “cruzo”, proposto por Luiz Rufino (2019), oferece uma chave interpretativa relevante. O cruze refere-se a espaços de encruzilhada, onde diferentes lógicas, temporalidades e influências se encontram e se reorganizam, gerando novas formas de existência.

A presença do assentamento rural Fazenda Engenho Novo, em meio a uma paisagem intensamente urbanizada, evidencia uma dinâmica de mistura e tensão. A ruralidade metropolitana em São Gonçalo manifesta-se justamente em conflitos entre usos econômicos e não econômicos do território e da reinvenção rural frente à expansão urbana.

Longe de ser um resquício do passado, o rural metropolitano é um espaço que se adapta por meio de estratégias como a pluriatividade quando nos referimos à agricultura familiar. Essas

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

práticas não apenas garantem a reprodução socioeconômica das famílias, mas também ressignificam o território.

As estratégias de reprodução dos agricultores do Assentamento Fazenda Engenho Novo podem ser compreendidas como "malandragens" no sentido mais profundo do termo: não como simples esperteza, mas como uma forma de agência criativa diante de estruturas de poder desiguais e que consiste na habilidade de navegar, negociar e subverter as regras de um jogo imposto, que tende a invisibilizar e suprimir a ruralidade em contextos metropolitanos. A metropolização, com sua lógica homogeneizante, constitui essa força dominante. Contra ela, os assentados desenvolvem táticas de existência que lhes permitem persistir no território, transformando limitações em possibilidades.

Compreendo a pluriatividade enquanto uma malandragem como expressão fundamental das novas ruralidades. Essa ideia designa as estratégias de reprodução social pela qual as famílias rurais combinam atividades agrícolas e não agrícolas, tanto dentro quanto fora do ambiente familiar. Conforme definição de Sérgio Schneider (2003, 2009) a pluriatividade existe como forma de garantir a reprodução social e econômica das famílias. Schneider identifica que esta prática surge como resposta às transformações estruturais no campo brasileiro, sendo uma característica intrínseca da agricultura familiar contemporânea.

No entanto, o conceito transcende a mera complementação de renda para se tornar uma estratégia de permanência. Ao combinar atividades agrícolas com outros trabalhos, os agricultores "jogam" com a economia metropolitana, usando seus recursos para subsidiar suas vidas. O assentamento, enquanto "cruzo" ou encruzilhada, é o palco dessas malandragens. Neste espaço de fronteiras difusas, os agricultores precisam "gingar". Sua agência reside justamente nessa flexibilidade de se mover entre identidades e lógicas, negociando e adaptando-se.

A constituição de um território, neste caso, o Assentamento Fazenda Engenho Novo pode ser interpretada pelas lentes da ginga e da malandragem: entendida aqui como uma categoria analítica capaz de revelar as formas de resistência engendradas no cotidiano. A malandragem configura-se, assim, como um saber-fazer: um modo particular de contornar obstáculos, negociar tensões e, por fim, inscrever no espaço uma nova dinâmica social.

A fase inicial da territorialização desenvolveu-se no contexto do conflito fundiário conhecido, entre meus interlocutores, como "Muvuca". A resistência dos trabalhadores rurais contra os grileiros e contra a exploração de areia forçou a intervenção do poder público, culminando na desapropriação da área pelo ITERJ na década de 1990. Após essa desapropriação, desencadeou-se um processo de ressignificação dos símbolos materiais e históricos presentes no local. As ruínas da antiga fazenda, antes marcadas pela memória do poder colonial, foram apropriadas como instrumento de luta e afirmação identitária, convertendo-se em espaço de memória, encontro e organização comunitária.

A territorialização é um conceito chave para entender a relação entre o social e o espaço. Ela representa as diversas formas como a sociedade experimenta e vivencia o território, seja no dia a dia ou nas relações de trabalho. Ou seja, a territorialidade envolve tanto o processo de

construção do território quanto o resultado dessa construção, ambos moldados pelas relações sociais e produtivas que se estabelecem no espaço. Claude Raffestin (1993) destaca que o espaço é como uma "matéria-prima" preexistente, enquanto o território é o resultado da sua transformação por meio de relações de poder. Ou seja, espaço e território são conceitos distintos. O espaço existe antes do território, sendo a base sobre a qual o território é construído. O território surge a partir da ação de um ator (indivíduo ou grupo) sobre o espaço, imprimindo nele suas marcas e relações de poder. Essa ação é chamada de territorialidade, e reflete as experiências e relações da sociedade com o espaço.

Assentamentos rurais, como o caso da Fazenda Engenho Novo, vão além da simples questão do acesso à terra para produção familiar. Representam a disputa por um território, um espaço que se torna base da identidade e cultura da comunidade local. É importante destacar que essas disputas envolvem as "lutas pela terra" e "lutas pelo território", duas dimensões distintas de um mesmo processo (Guedes, 2016). No caso da Fazenda Engenho Novo, a luta pelo acesso, transcende a dimensão física e econômica da terra, resultando na construção de um território que engloba a identidade e a cultura da comunidade local, um processo histórico que moldou o presente.

Podemos considerar que “cada território é particular apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc” (Alves, 2019). A partir do que vimos sobre a formação territorial do assentamento, três aspectos se manifestam de maneira complexa e interligada no processo de territorialização do assentamento e que influem na dinâmica socioprodutiva dos agricultores familiares: 1) político-material: a terra 2) Identidade: trabalho rural 3) simbólico: a estrutura material da sede da Fazenda.

O primeiro aspecto está na disputa pela terra enquanto um recurso político-material e que representa a base da luta dos trabalhadores rurais. Consideramos aqui que o território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área (Alves, 2019) Sendo assim, a obtenção do título de assentado, ou seja, um certo controle sobre a terra, significou autonomia para os trabalhadores que antes estavam sujeitos às condições impostas pelos antigos proprietários.

Além da luta pela terra, a construção da identidade também desempenha um papel crucial na territorialização dos assentados. A disputa pelo assentamento fortalece o senso de comunidade e pertencimento, consolidando a identidade dos assentados como produtores rurais. A afirmação “aqui é um assentamento rural, não é um assentamento urbano” enunciada por um dos assentados, assinala a identidade rural como fator coesivo do grupo. Nesse contexto, a identidade atua como fio condutor, orientando as ações do grupo, definindo seus valores e objetivos em relação ao território e moldando suas estratégias políticas e as relações com o Estado.

A exemplo disso, essas estratégias se expressam na história do assentamento a partir da criação do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo e da Associação, ambos criados para atender os interesses e reivindicações dos produtores rurais, assim como legitimar suas

identidades enquanto moradores de uma área rural. A criação de associações e cooperativas constituiu um passo fundamental de adaptação às estruturas institucionais. A formação da APRAFEN (Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo) e da COOPAFER (Cooperativa dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais) permitiu aos agricultores acessar políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) viabilizando tanto a comercialização da produção quanto o acesso a recursos e programas oficiais. Assim, a territorialização resultou de ações coletivas que transformaram uma área marcada pelo conflito em espaço de reprodução social, mediante estratégias constantes de negociação com as estruturas de poder que circundam o assentamento.

Desde a criação do assentamento, a sede da fazenda tombada pelo INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, adquiriu um novo significado simbólico, sendo ressignificada como um espaço de memória, representando um elo entre o passado, o presente e o futuro da comunidade, onde a história do assentamento está vinculada aos assentados. As ruínas da fazenda, mesmo em seu estado de degradação, evocam memórias e histórias que marcaram a vida dos assentados e seus antepassados. A memória da fazenda e de seus antigos moradores é mantida viva através dos relatos orais, das fotografias e dos documentos que resgatam a história da região (Azevedo, 2015)

Em síntese, a luta pela terra, a construção da identidade e as relações sociais no Assentamento Fazenda Engenho Novo se entrelaçam no processo de territorialização, visando à preservação e valorização do território. A luta pela terra garante o acesso ao espaço, enquanto a construção de uma identidade coletiva fortalece o vínculo com o lugar e as relações sociais promovem a organização e a cooperação para a sua gestão. Esse processo, que garante a permanência e a reprodução social dos agricultores familiares, gera transformações profundas nos espaços, impulsionadas pelas relações sociais

2. Multifuncionalidade e cosmopolíticas da agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser abordada de forma multidimensional, considerando que essa atividade abrange diversas formas e funções sociais. Na análise proposta por Schneider (2003), essa multidimensionalidade considera as formas como organizam o trabalho, produção, aspectos simbólicos e culturais e os mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social. Para o autor, a multidimensionalidade da agricultura precisa ser entendida no âmbito dos valores que mobilizam as atividades agrícolas. Sendo assim, é necessário que a agricultura familiar não seja vista apenas pelo seu papel produtivo, mas também pelas várias funções ambientais que desempenha.

Além da diversificação das atividades produtivas, elementos como a preservação de paisagens, ecossistemas e agroecossistemas são cada vez mais reconhecidos como as múltiplas funções desempenhadas pelo agricultor familiar, reforçando sua relevância para a sociedade. No caso do Assentamento Fazenda Engenho Novo, a agricultura familiar desempenha um papel importante na transformação do espaço por meio da adoção de práticas ecológicas.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

A região onde está localizado o assentamento fazenda Engenho Novo foi um território explorado de forma predatória ao longo da história, especialmente durante os ciclos da cana-de-açúcar e da laranja, o que resultou na degradação do solo e na redução da sua capacidade produtiva. Os monocultivos, e consecutivamente a extração ilegal de areola, a remoção indiscriminada da vegetação e a ausência de práticas conservacionistas foram os principais responsáveis pela degradação do solo na região do assentamento. Esse cenário, decorrente da exploração intensiva dos recursos naturais até meados do século XX, exemplifica a persistência do "habitar colonial" (Ferdinand, 2019).

A baixa produtividade do solo são consequências diretas dessas práticas históricas, assim como o estágio avançado de poluição do Rio Aldeia, principal curso de água do assentamento impacta até os dias atuais na vida dos agricultores (Passos et al, 2010). Em 2010, os indicadores de dificuldades enfrentadas pelos agricultores estavam diretamente relacionados a questões ambientais, como a degradação do solo, o abastecimento de água (com a seca dos rios) e o ataque de pragas aos cultivos. Esses desafios eram acompanhados de problemas estruturais e, posteriormente, de dificuldades socioeconômicas. Em vista do contexto, os agricultores familiares ao longo dos anos desempenharam um papel importante na preservação da biodiversidade.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Esses espaços podem ser associados a diversos processos socioecológicos, de experimentação, relações comunitárias, resistência e memória (Almada et al, 2017). O diagnóstico socioambiental realizado 17 anos após (Passos et al, idem) a criação do assentamento, identificou 43% dos lotes mapeados possuíam área de mata. Essa porcentagem é associada, segundo os agricultores, ao trabalho de preservação da fauna ou flora. Na pesquisa em questão, os agricultores se mostraram leigos em relação à educação ambiental, mas fica evidente a agência desses agricultores na preservação desses espaços a partir de diversas práticas ecológicas.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, São Gonçalo possuía 734 hectares de matas ou florestas naturais, além de 1.449 hectares destinados à preservação permanente ou reserva legal. As florestas plantadas ocupavam uma área menor, com apenas 7 hectares. Em relação aos sistemas agroflorestais, havia 36 hectares de área cultivada com espécies florestais, utilizados também para lavouras e pastoreio de animais. Embora haja agricultores que utilizam agrotóxicos no assentamento, grande parte dos sítios mapeados por pesquisas posteriores (Azevedo, 2015, Santos, 2020, Costa, 2020) demonstram que os assentados adotaram diversas práticas agrícolas sustentáveis para lidar com a degradação do solo, assim como alguns mantêm áreas de Reserva Legal.

Outros exemplos da atuação dos assentados está na preservação e proteção legal das nascentes descobertas no perímetro do assentamento que estão (Lopes, 2020). Segundo uma agricultora do assentamento, os moradores utilizam essas fontes de água para a agropecuária, e muitas vezes escondem determinadas nascentes de pessoas de fora, temendo que elas sejam alvo de interesse ou exploração. Nos primeiros anos após a criação do assentamento, era comum a utilização de esterco de animais como adubo para o solo, enquanto os fertilizantes químicos eram utilizados de forma mais limitada. Dados indicam que apenas 12% dos lotes faziam uso de fertilizantes químicos, enquanto os fertilizantes naturais estavam presentes em 75% da amostragem. (Passos et al, 2010).

Já em 2015, Azevedo constatou a utilização da adubação verde e o uso de restos orgânicos para compostagem. A autora destaca que a adubação verde, com o uso de algumas espécies vegetais ajudou na recuperação do solo e na fixação de nitrogênio, dispensando o uso de fertilizantes químicos. Além disso, a utilização de lixo orgânico, como cascas de frutas, legumes e ovos, para compostagem, contribuiu para o enriquecimento do solo com nutrientes, evitando o descarte inadequado desses materiais. O Censo Agropecuário de 2017 mapeou os sistemas de preparo de solo utilizados nos estabelecimentos agropecuários de São Gonçalo. Apesar da área analisada abranger todo o município, é importante destacar que a zona rural é relativamente pequena. Segundo os dados, dos 197 estabelecimentos registrados, a maioria adota o cultivo mínimo, enquanto 30 utilizam o cultivo convencional e apenas 2 empregam o sistema de plantio direto na palha.

A predominância do cultivo mínimo reflete uma crescente conscientização dos produtores sobre a necessidade de preservar o solo. Esse sistema, como já mencionado, oferece um equilíbrio entre práticas conservacionistas e a manutenção da produtividade, contribuindo para

a redução da erosão e a melhoria das condições do solo. Já em 2020, Costa identificou que embora algumas práticas sustentáveis estejam sendo amplamente utilizadas como adubação verde e plantio consorciado, outras técnicas importantes para a preservação do solo e prevenção de danos como o controle da erosão ainda são pouco adotadas. No censo agropecuário de 2017 (IBGE), o uso de agrotóxicos mostrou-se pouco significativo nos 288 estabelecimentos analisados, com apenas 8 declarando utilizá-los. Em 2020, Costa (2020) identificou que nenhum dos estabelecimentos do assentamento informou o uso de defensivos químicos ou adubos industriais e qualificou esses produtos como orgânicos, embora não tenham certificados. Azevedo (2015) afirma que não é possível generalizar e categorizar toda a produção da região como orgânica.

Observa-se que alguns produtores adotam práticas de agricultura orgânica, porém, esse número ainda é pouco expressivo quando comparado ao total de lotes rurais da região. A pesquisa que realizei em campo com os agricultores obteve o mesmo resultado, e todos os agricultores afirmaram que não utilizam agrotóxicos. Entretanto, uma das agricultoras mencionou que já utilizou, mas estou tentando reduzir o uso. Quando questionados sobre o tipo de agricultura praticada, a maior parcela dos agricultores entrevistados afirmaram trabalhar com produtos orgânicos. Entretanto, os entrevistados reconheceram que seus produtos não podem ser considerados 100% orgânicos, pois não possuem certificação.

A percepção dos agricultores em relação ao uso de agrotóxicos está associada à compreensão de que os produtos cultivados sem esses insumos possuem uma qualidade diferenciada, destacando-se tanto pelo valor nutricional superior quanto pela ausência de resíduos químicos. Essa distinção contribui para que esses produtos sejam percebidos como mais valorizados no mercado, justificando seu preço mais elevado. Ao serem questionados sobre os motivos que os levam a cultivar alimentos sem agrotóxicos, alguns agricultores afirmaram que optam por esse tipo de produção devido à possibilidade de comercializá-los a um preço mais elevado, em função do valor agregado à sua qualidade.

No entanto, a resistência dos consumidores a preços mais altos são fatores que impactam os rendimentos dos agricultores, já que muitos alegaram que os consumidores priorizam o preço baixo em detrimento da qualidade e dos benefícios de alimentos mais saudáveis e produzidos de forma sustentável. Além disso, a não utilização de agrotóxicos foi mencionada como um desafio, pois aumenta a suscetibilidade dos produtos a pragas.

A agroecologia, como prática agrícola, foi mencionada por agricultores, especialmente por aqueles com trajetória urbana que decidiram se estabelecer no assentamento em busca de uma vida mais próxima à natureza.

“Difundir essa ideia da agroecologia muito forte aqui, eu me vejo muito assim. Em trazer isso para São Gonçalo, em trazer a valorização também né. Por que a galera aqui não valoriza o território que mora. Então acho que a partir desse movimento, a gente pode trazer esse pertencimento. E por

exemplo, aqui a gente tem uma feira agroecológica, e porque não ter mais? Não ter em outros lugares? Chegar em mais espaços? Então acho que tentar incidir nas políticas públicas, em algumas coisas, em relação à agroecologia, para que ela possa chegar em mais espaços dentro do território. Vai que São Gonçalo seja uma cidade agroecológica?" (Larissa, relato para o documentário "Meu pé de goiaba")

O atual presidente da Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo também compartilha os ideais da agroecologia. Ele relata que, em 2018, seu sítio estava passando por um processo de "transição agroecológica", ressaltando a importância de adotar práticas que preservem a biodiversidade local. Entre essas práticas, destaca-se o uso de insumos naturais, que não degradam o solo nem afastam a fauna, promovendo um equilíbrio sustentável no ecossistema. O agricultor explicou que, embora esteja comprometido com práticas agroecológicas, a transição de métodos tradicionais para uma produção totalmente orgânica é gradual e envolve desafios, como o uso eventual de insumos químicos em determinadas culturas.

Ele destaca que, apesar de já adotar várias práticas sustentáveis, o lote ainda está em processo de adaptação (Amaral, 2018). Sua esposa, também agricultora, relatou que a agroecologia passou a ser implantada no lote a partir de pesquisas na internet e do engajamento de Marco Antônio em movimentos e conferências sobre o tema, incluindo eventos na Universidade Rural e em Petrópolis. Essas experiências influenciaram diretamente suas práticas agrícolas, como a implementação de diversas práticas conservacionistas. O acesso à informação levou os agricultores a reavaliar a forma como denominavam suas produções. Anteriormente, referiam-se a elas como orgânicas; no entanto, devido à ausência de certificação, passaram a utilizar o termo "agroecológicas".

O conjunto dessas ações realizadas pelos agricultores remete novamente à questão da multifuncionalidade da agricultura. Além de englobar a diversificação das atividades econômicas e práticas voltadas à preservação da biodiversidade, as dinâmicas socioeconômicas promovidas por essas iniciativas geram transformações significativas no espaço rural, contribuindo, inclusive, para a reconfiguração da paisagem local. Isso demonstra que a agricultura familiar possui potencial para reestruturar o espaço rural metropolitano. Essas experiências propõem formas preciosas de habitar o espaço rural, com foco na gestão e construção de relações mais harmônicas entre o ser humano e a natureza, considerando que esses agricultores atuam como protetores desses territórios.

Em um contexto metropolitano, a discussão sobre as "utopias urbano-camponesas" proposta por Monte-Mór (1994) oferece uma proposta para refletirmos sobre os assentamentos rurais nessas regiões como espaços privilegiados para pensar outras lógicas de povoamento. Essa abordagem se torna especialmente relevante diante do cenário de urbanização extensiva e da

crise ambiental. Monte-Mor (idem) argumenta que as preocupações tradicionais centradas na produção industrial e na reprodução coletiva têm cedido lugar a uma atenção crescente à "natureza". Esse deslocamento reflete a ampliação do debate ambiental, que ganha destaque em virtude das pressões impostas pela crise ecológica global. O autor defende a necessidade de uma mudança de paradigma para uma perspectiva cosmopolítica, que reconhece os direitos da natureza e a integra como parte fundamental da gestão urbana. Ou seja, uma cosmopolítica que vá além dos interesses humanos, alinhado ao que Bispo dos Santos (2023) chama de cosmologias de confluência, modos de existir que coexistem, se entrelaçam, se influenciam e se transformam mutuamente.

Experiências como a do assentamento demonstram como, por meio de múltiplos agenciamentos, esses espaços podem se mostrar dinâmicos e capazes de se reinventar, mesmo diante de transformações no contexto metropolitano. Esse território abre caminho para repensarmos os espaços urbanos junto da noção de ruralidade. A centralidade na natureza presente nesses espaços considera ativamente os elementos não-humanos em sua lógica e oferece um modelo que nos distancia, em certa medida, da lógica antropocêntrica. Essa abordagem pode contribuir para enfrentar desafios criados pela metropolização em diferentes escalas.

Conclusão

Em suma, a análise do Assentamento Fazenda Engenho Novo permite concluir que ele se configura como um locus para a compreensão das ruralidades metropolitanas contemporâneas. Longe de representar um resquício do passado, o assentamento se revela um território dinâmico e híbrido, onde a agricultura familiar se reinventa por meio de estratégias complexas de resistência, adaptação e negociação face às pressões da metropolização. A persistência e a reinvenção da vida rural neste contexto são sustentadas pela multifuncionalidade e pela pluriatividade, que transcendem a mera complementação de renda para se tornarem "malandragens" no sentido rufiniano: astúcias criativas que permitem aos assentados navegar na economia metropolitana e garantir sua permanência no território.

Um eixo fundamental desta reinvenção é a agência sócio-ecológica demonstrada pelos agricultores na recuperação de um território historicamente degradado pelo "habitar colonial". Estas ações representam uma cosmopolítica em prática, integrando ativamente os elementos não-humanos nos processos de reconstrução do território, superando uma lógica puramente antropocêntrica.

O assentamento é uma encruzilhada de temporalidades, racionalidades e influências, onde os assentados "gingam", negociando identidades e criando novas sínteses culturais e produtivas. Esta condição desafia as dicotomias estanques entre urbano e rural, posicionando o rural metropolitano como uma categoria específica, marcada pela interpenetração e pela coexistência de modos de vida. Portanto, o Assentamento Fazenda Engenho Novo emerge não como uma exceção, mas como um paradigma das potencialidades. Ao demonstrar a possibilidade de

construir na metrópole, territórios que articulam produção de alimentos, regeneração socioambiental e fortalecimento comunitário, o Engenho Novo oferece um contraponto vital à crise socioambiental contemporânea.

Bibliografia

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local. *Interações*, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2010.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. pp. 169-181.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O que é o urbano, no mundo contemporâneo / Roberto Luís Monte-Mór. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. 14p.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia da encruzilhada*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

COSTA, Bruno Lopes. *Atividades Agrícolas no Assentamento da Fazenda Engenho Novo*, São Gonçalo/RJ. Dissertação de Mestrado. 2020.

COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto; VELLOSO, Rita (org.). *Teorias e práticas urbanas: caminhos*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2024

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Carla B. S. Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2015

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). *Mana*, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>.

PETTI, Daniela Ramos. “PERDI MINHA CASA, AQUI EU TENHO OUTRA VIDA”: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Pluriatividade e ruralidade: perspectivas a partir da sociologia da agricultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 87-111, out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z>.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1. ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009. v. 1, p. 132-161.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Editora Ubu / Piseagrama, 2023.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

GUEDES, André Dumans. Desterritorialização e território como forma social. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 18, n. 1, p. 23-39, jan.-abr. 2016.

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, pp. 98-113, 2019. ISSN: 1806-6755.

AZEVEDO, Cristiane Valladares de. *Agricultura, memória, paisagem e turismo: as perspectivas de construção de novas ruralidades no assentamento rural Fazenda Engenho Novo*. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

FERDINAND, Malcom. *Une écologie décoloniale: penser l'écologie depuis le monde caribéen*. Paris: Éditions du Seuil, 2019.

PASSOS, A. S. et al. "Diagnóstico socioeconômico e ambiental da comunidade residente em área da antiga fazenda Engenho Novo – São Gonçalo – RJ". *Qualit@s Revista Eletrônica*, v. 9, n. 4, 2010. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/1032/517>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ALMADA, Emmanuel Duarte; SOUZA, Mariana Oliveira e (Orgs.). *Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural*. Belo Horizonte: [UEMG], 2017.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

SANTOS, Marcelo Guerra (Org.). O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. 1 recurso online (182 p.): ePub.

AMARAL, Yan Nascimento do. Sítio Ypê Amarelo: ComVivendo e construindo a transição agroecológica. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

RESSUSCITA SÃO GONÇALO. Ressuscita São Gonçalo. 2021. Documentário “Meu pé de goiaba”.